

MOVIMENTO ESTUDANTIL: INTERFACE ENTRE AS ANÁLISES PREGRESSAS ÀS CONTEMPORÂNEAS

STUDENT MOVEMENT: INTERFACE BETWEEN PRECEDING ANALYSIS TO CONTEMPORARY

Isabela Beraldo

isabela_beraldo@hotmail.com

Bárbara Sinibaldi

sinibarbara@gmail.com

Resumo

O presente artigo faz uma revisão da literatura nacional sobre a temática do movimento estudantil com o objetivo de analisar as publicações encontradas em relação ao quantitativo de publicações por ano e área de estudo. A metodologia aqui aplicada refere-se a um estudo com coletas de dados processada a partir de fontes secundárias, tendo como princípio norteador a revisão de literatura integrativa. O levantamento bibliográfico dos artigos foi realizado na *Scientific Electronic Library Online* (Scielo) com acesso *online*, utilizando o descritor movimento estudantil. Os resultados apontaram que a temática tem sido investigada por diversos campos e áreas do conhecimento para além da psicologia, porém não apreciando um viés subjetivo da militância, trazendo apenas relatos empíricos. Verificou-se que o descritor utilizado se encontra notavelmente em desuso pelos pesquisadores atuais, o que não possibilitou realizar uma análise mais aprofundada da temática.

Palavras-chave: Movimento Estudantil; Psicologia; Produção Científica.

Abstract

The objective of this article is to review the national literature on the theme of the student movement in order to analyze the publications found in the amount of publications related to year and area of study. The methodology applied here refers to a study with data collections processed from secondary sources, with the guiding principle of integrative literature review. The bibliographic survey of the articles was carried out at Scientific Electronic Library Online (Scielo) with online access, using the descriptor student movement. The results showed that the subject has been investigated by several fields and areas of knowledge beyond psychology, but not appreciating a subjective bias of activism, bringing only empirical reports. It was found that the descriptor used is noticeably in disuse by current researchers, which did not allow a deeper analysis of the theme.

Palavras-chave: Student Movement; Psychology; Scientific Production.

Introdução

Os movimentos estudantis (ME) são partes constituintes de uma sociedade contemporânea, sociedade essa que luta incessantemente pelos seus direitos, principalmente os direitos pelo acesso a uma educação pública e de qualidade. Além de serem um dos movimentos sociais mais ativos da modernidade, os ME se fazem presentes no mundo todo e tem consolidado sua participação, na conjuntura social e política de vários países, desde o grande marco de maio do ano de 1968. Thiollent (1998) discorre que os primeiros atos contra a repressão deram início fortuitamente com as ações dos estudantes franceses no dia 3 de maio de 1968 em Paris, nesse sentido o maio de 1968 refere-se a uma mescla de eventos ocorridos no mundo em que jovens de diversos países, influenciados pelos estudantes franceses, decidiram contestar as estruturas sócias, políticas e econômicas nas quais viviam.

Para Mesquita (2003), o movimento estudantil, em sua totalidade, foi muito perspicaz e assinalou, no século XX, sua importância no cenário político latino-americano. No Brasil, seu percurso destacou relevantes momentos históricos, tais como os primeiros fóruns e debates

sobre a educação e dos padrões de universidades. Além do mais, o ME se caracterizou, por certo tempo, como o fator social de maior força e organização, atraindo outros movimentos sociais a seu favor. Seu atributo reivindicatório e sua disposição política frente ao Estado, no decorrer da ditadura militar no país, foram solidificados na sociedade com grande ímpeto, sobretudo, nas décadas de 1970 e 1980 o ME brasileiro se tornou objeto de pesquisa nas várias áreas do conhecimento.

De acordo com Thiollent (1998), a princípio, as várias lutas que eclodiram nas universidades integraram-se a um contexto global, visto que em certos eventos, os movimentos eram contra as leis governamentais autoritárias, em outros casos havia resistência com base ideológica às formas de ensino apresentadas, a relação professor/aluno, entre outras. Há ainda outros eventos, como em 1968, que além de ideológicos, foram manifestações políticas mundiais: estudantes ao lado de outras classes sociais, apelam por metas políticas, particularmente como a defesa das liberdades coletivas e individuais, democratização, manifesto contra as guerras, etc.

Mesquita (2006) discorre que os movimentos estudantis na América Latina alcançaram um padrão histórico de grandes lutas e mobilização social em vários períodos. De início, lutavam pela reestruturação dos espaços políticos e administrativos das universidades e, logo em seguida, marcaram os períodos das diferentes ditaduras, em que lutavam pela redemocratização social em seus países. Atualmente, as lutas são em oposição às políticas neoliberais que acometem toda a sociedade em geral e, conseqüentemente, as universidades.

Notoriamente no Brasil, Argentina e México, essas massas de reivindicações e lutas se apresentaram e ainda expõem com maior magnitude a busca por seus ideais, grifando de modo perdurável o imaginário social no que concerne às lutas populares na América Latina. Dessa forma, algumas manifestações, eventos e demais componentes destes movimentos são de extrema importância para se estabelecer “[...] *uma certa construção identitária acerca da categoria estudantil enquanto agente político e transformador*” (Mesquita, 2006, p. 62). Em outras palavras, a participação dos estudantes nesse movimento permite, não só uma inserção no início de uma vida social, mas possui um caráter transformador de sujeitos passivos em autores sociais, capazes de lutarem pelos seus ideais e os da sociedade em que estão inseridos, construindo sua própria identidade.

Brenner (2014) aduz que a identidade dos sujeitos é constituída mediante a socialização, isto é, a inserção do indivíduo no social, todavia o primeiro espaço que isso ocorre é na família por meio do relacionamento com os genitores ou seus responsáveis legais, a criança reproduz, ressignifica e recria princípios da convivência social. Entretanto, a família não é a única instituição reprodutora das normas sociais, a autora apresenta a escola como uma das várias instituições em que as relações sociais são estabelecidas, exercendo influência direta desde a infância até a fase adulta na vida de um indivíduo. Nesse sentido, a socialização política pode ser compreendida “[...] *como a transmissão de atitudes, escolhas, preferencias, símbolos, comportamentos políticos e representações de mundo*” (Brenner, 2014, p. 33). Esse comportamento irá influenciar, posteriormente, no processo de adesão a um determinado movimento social.

Severo (2014) discorre que o decurso do engajamento se estabelece a partir do momento em que o sujeito se insere no contexto militante, é identificado pelos seus pares como membro daquele espaço e percebe esse lugar como significativo em sua própria história. O sentimento de pertencimento, seu envolvimento e o reconhecimento no grupo se expressam numa identidade coletiva que agora faz parte da sua personalidade.

É importante pontuarmos a representação que o ME exerce sob a juventude e a sua implicação na formação da personalidade militante e o quanto isso faz reproduzir no imaginário social a condição necessária para se incluir nesse movimento: ser estudante. Veremos nas discussões que essa condição já não é essencial, assim como a posição social e os espaços físicos.

Mattos (2014) afirma que o espaço conquistado pelo ME, estiveram associados aos conflitos e polêmicas da sociedade dentro das instituições de ensino superior. Nas palavras de Chauí “*a presença de opiniões, atitudes e projetos conflitantes que exprimem divisões e contradições da sociedade como um todo*” (2003; citado por Mattos, 2014, p. 21).

De certo modo, os estudantes que estão inseridos na dinâmica do ME são percebidos, muitas vezes, pela sociedade como “invasores”, ou seja, estão vinculados aos conflitos dentro das universidades, como mostra a mídia, ocupando espaços e disseminando brigas, são assim vistos como bagunceiros e marginais, sendo retratados de forma distorcida, o que resulta na divisão e contradição da percepção da sociedade frente ao movimento. Se faz necessário

compreendermos todo o percurso histórico do movimento estudantil para entendermos melhor sua dinâmica, como ele tem se sustentado na sociedade e como a mesma tem o percebido.

Não podemos deixar de mencionar a importância da União Nacional dos Estudantes (UNE) como principal incentivadora do movimento estudantil. Em toda sua trajetória ela esteve envolta nas lutas, ora como participante, ora como protagonista em campanhas militantes diversas as quais podemos citar: a entrada do Brasil na Segunda Guerra Mundial, em defesa das questões nacionalistas, luta contra o fascismo, a reforma universitária, atuação frente a ditadura militar, entre outras demandas nacionais. A UNE se tornou a ferramenta de comunicação e expressão para vários grupos políticos sendo caracterizada como organização representante de todos os estudantes brasileiros (Mattos, 2014).

A UNE tem se consolidado na esfera política e social brasileira como entidade máxima de representação estudantil, tem alcançado espaços importantes e se fortalecendo por meio de grandes ações reivindicatórias ao longo dos anos, como exemplo o último Conselho Nacional de Estudantes de Base (CONEB), ocorrido em fevereiro de 2019, que convidou todas as entidades estudantis para se unirem e debaterem sobre a atual situação da educação do país e sua oposição contra o atual governo, encerrando o CONEB convocando os estudantes para uma “Jornada de lutas”, assim, pode-se entender que o ME está ativo e a UNE assume a frente, mais uma vez, representando todos os estudantes brasileiros.

É sabido que o ME está inserido no que chamamos de movimentos sociais e, segundo (Gohn 2007; citado por Mattos, 2014), todo movimento se encontra vinculado a um agrupamento de concepções e representações, dando-lhe aparato às suas estratégias e definindo seus ideais políticos-ideológicos, melhor dizendo, todo movimento social, seja ele de qualquer esfera, possui um alicerce de crenças que dão o suporte necessário para formularem suas táticas e objetivos políticos, os quais estão posicionados no cenário das práticas sociais e ideais do movimento.

O objetivo desta pesquisa é analisar o que a produção científica tem apresentado sobre o tema em questão e se o movimento estudantil ainda mantém o status de mobilizador social, assumindo lutas e frentes de reivindicações pelos direitos da sociedade universitária e se sustenta o papel de agente transformador propiciando a formação identitária de seus participantes.

Método

A metodologia aqui aplicada refere-se a um estudo com coletas de dados processada a partir de fontes secundárias, tendo como princípio norteador a revisão de literatura integrativa, que de acordo com (Ercole, Melo & Alcoforado 2014) a revisão integrativa da literatura é um recurso a fim de condensar os resultados provindos das pesquisas de um determinado assunto ou questão, de modo organizado, metódico e amplo. Sugere-se integrativa pois contempla dados mais abrangentes sobre um tema, produzindo, deste modo, uma cadeia de conhecimentos. O propósito desta revisão integrativa está direcionado a análise dos estudos sobre movimento estudantil.

Para levantamento bibliográfico dos artigos na literatura realizou-se uma busca na base *Scientific Electronic Library Online* (SciELO), com acesso online. Optou-se por utilizar somente artigos científicos disponíveis na SciELO, considerada a principal biblioteca virtual da América Latina e por não ser uma base de dados de acesso restrito, permitindo assim uma vasta e diferente gama de resultados possíveis.

Para a captação dos artigos foi utilizada um único descritor como palavra-chave: movimento estudantil. Não se empregou o descritor em inglês *student movement*, pois o eixo primordial desta pesquisa foi pesquisar o assunto na literatura nacional.

A consulta à base determinada para este estudo resultou em 56 publicações disponíveis; quanto aos critérios de filtragem, utilizou-se o seguinte: (1) estudos publicados no Brasil, 26 artigos filtrados; (2) idioma no Português, 24 artigos filtrados; (3) leitura do tipo artigo, 22 artigos filtrados; não se delimitou tempo (ano de publicação), tipo de periódico e área de conhecimento específica, dessa forma a amostra final foi composta por 22 artigos. Na segunda parte do estudo foram realizadas as leituras dessas publicações na íntegra. Além do objetivo principal desta pesquisa, destacamos também duas categorias que se mostram importantes de serem analisadas: (a) o quantitativo de publicações por ano e (b) a área de estudos das publicações. Ressalta-se que a busca foi realizada em março de 2019.

Tanto a análise dos artigos selecionados, quanto a síntese dos dados obtidos foram processadas de forma descritiva, permitindo descrever, explicar, observar e categorizar as informações, na finalidade de agregar o conhecimento gerado sobre o assunto investigado na revisão.

Resultados

Quantitativo de estudos

Após a seleção dos artigos, fez-se a tabulação dos dados com o intuito de investigar o ano de publicação dos mesmos. A distribuição de artigos por ano encontra-se na Tabela 1.

Tabela 1. Quantitativo de estudos sobre M.E. por ano

Ano	Quantidade	%
1989	1	4,55
1998	2	9,09
2005	2	9,09
2008	3	13,64
2009	2	9,09
2010	1	4,55
2011	1	4,55
2012	2	9,09
2013	2	9,09
2014	2	9,09
2015	1	4,55
2016	1	4,55
2017	1	4,55
2018	1	4,55

De modo geral, os artigos se apresentam distribuídos de forma relativamente equivalentes, percebe-se que a partir do ano de 2008 há, pelo menos, uma publicação a cada ano até 2018. Nesses 10 anos, a temática tem sido pesquisada e discutida. Anteriores a 2008, notamos uma produção mais restrita, apenas uma publicação em 1989 e depois de praticamente 10 anos, velado o assunto, surge em 1998 e dispara a partir dos anos 2000.

Áreas de estudo das publicações

Quanto à área de estudo (Tabela 2), os resultados indicam que o tema “movimento estudantil” tem sido objeto de estudos em diversos campos de conhecimento, tais como: psicologia, educação, história, sociologia, enfermagem e comunicação. Observa-se que a área

que apresenta maior quantitativo de estudos publicados é a educação, seguidos de história e sociologia.

Tabela 2. Quantitativo de estudos sobre M.E. por área

Área	Quantidade	%
Psicologia	2	9,09
Educação	8	36,36
História	5	22,73
Sociologia	5	22,73
Enfermagem	1	4,55
Comunicação	1	4,55

As pesquisas no campo da Psicologia evidenciaram apenas 2 publicações (9,09%) sendo elas realizada pelo mesmo autor. Mortada (2005) discute como esse movimento sofre os reflexos da sociedade capitalista, a transformação na condição de estudante, reflexões acerca da formação do psicólogo e, em sua outra obra "De jovem a estudante: apontamentos críticos" (2009), discorre sobre o desengajamento dos jovens no movimento estudantil e a quebra da importância do movimento durante os anos.

Na área da Educação encontramos o maior número de produções (36,36%). (Corti, Corrochano e Silva 2016) realizam uma interpretação sobre as ocupações nas escolas estaduais paulistas em 2015, após leis alterarem o sistema de ensino vigente resultando no fechamento de 94 unidades escolares e Leite (2010) analisa os estudantes universitários como consumistas da sociedade de produção, os quais buscam apenas ascensão profissional, não se importando com o conhecimento, acarretando em perda da aprendizagem cognitiva, política e social, questiona ainda a influência dos programas de avaliação das universidades brasileiras e seus reflexos nos exames nacionais e o forte poder do marketing das Instituições de Ensino Superior (IES).

Sanfelice (2008) discorre sobre o movimento civil-militar de 1964, a reforma universitária retratando o contexto da época; Braghini (2014) discute sobre a luta dos estudantes excedentes nos anos 1960, que não conseguiam vaga para ingressar em IES e por meio de relatos de revistas e periódicos da época reivindicavam o direito e a garantia de acesso de todos

os jovens ao ensino superior. Braghini e Cameski (2015) apresentam o ME de direita, em que jovens aprovavam a condução política do país pelo governo militar, atuando de forma modelo, portando comportamentos e atitudes ditas aceitáveis pelo arquétipo político, se tornando opositores de seus pares considerados por eles como comunistas.

Gonçalves e Carra (2013), analisam uma revista universitária idealizada pelos estudantes universitários de Porto Alegre – RS nas décadas de 30 e 40, em que retratam o ME na região e o contexto político da época, assim como as representações sobre a escrita estudantil no intuito de se manter viva a memória das lutas do movimento.

Por fim, Santibañez (2018) apresenta o ME em outros países, expõe um recorte sobre o ativismo político da juventude chilena na atualidade e a busca pela identidade formada pela espacialidade histórica da educação pública e, Soares e Petarnella (2009), abordam sobre maio de 1968 em Paris, o movimento estudantil parisiense e as consequências da sociedade industrial.

Em História obtivemos cinco produções (22,73%). Pitts (2014) discorre sobre o apoio de alguns membros políticos ao ME de 1968, estudantes filhos desses próprios políticos, que na época se tornaram alvo da repressão do regime militar, abordam também a repressão estudantil e a indignação de alguns representantes governamentais pela força exercida contra os estudantes; Petit e Cuéllar (2012) fazem um recorte sobre o golpe de 1964, a instauração da ditadura no estado do Pará e sua reprodução nos estudantes. Já Müller (2011) aborda sobre a resistência de estudantes contra o regime militar na década de 1970, o uso da memória e ações sobre o passado, assim como relatam a morte de estudantes considerados mártires do movimento.

Troncoso (2013) disserta sobre a fotografia como representação do movimento estudantil mexicano, de 1968, alusões visuais e a memória como conservação das ideias e a aceção simbólica do movimento. Cuadra (2008) destaca a Marcha dos Pinguins como mobilização dos estudantes secundaristas chilenos que marcou o ME, no ano de 2006, e suas lutas por uma educação pública de qualidade.

Na área de Sociologia, cinco publicações (22,73%), onde o autor Reis Filho (1998), em formato de uma peça de teatro, narra os acontecimentos de 1968 no país, dispendo como protagonistas os estudantes universitários frente às lutas contra o regime ditatorial. Já Moraes (1989), realiza observações críticas sobre o desencadeamento da luta armada no Brasil e a

mobilização dos estudantes, embora não estando conectados entre si, destinavam-se a um fundamento histórico em comum o golpe militar de 1964 e a instalação da ditadura nacional.

Delsaut (2005) analisa a obra *Les Héritiers* (1964), de Bourdieu, e suas experiências pessoais frente às manifestações universitárias francesas na década de 1960; Estanque (2017) aborda sobre as tradições acadêmicas na Universidade de Coimbra, em Portugal, especificamente o trote como ferramenta de resistência, não deixando de lado seu viés de prática de abuso, humilhação e violência, considerando o contexto do século XXI; e Thiollent (1998) expõe os eventos de maio de 1968 na sociedade parisiense e a ação conjunta entre estudantes e trabalhadores das classes operárias.

A Enfermagem apresentou apenas uma publicação (4,55%) em que as autoras, Pires e Melo (2008), realizam um recorte sobre o lugar da mulher no curso de enfermagem da Universidade Federal da Bahia inserida no diretório acadêmico de 1947 a 1959. Elas analisaram o perfil dos militantes constatando serem alienados, seguidores de um padrão rígido e com forte caráter religioso, nesse contexto as mulheres não possuíam interesses políticos apenas sociais.

Enfim a área de Comunicação, também com apenas uma publicação (4,55%), apresentou a pesquisa da autora Valle (2012) em que, a partir da análise de uma revista de circulação nacional – *Veja* –, abordou o jornalismo espetacular, avaliando as edições de 1998 e 2008, que noticiavam sobre o ME e como o movimento foi sendo descaracterizado pela revista ao longo do tempo.

Discussão

Antes de iniciarmos nossa discussão ressaltamos que os resultados aqui alcançados partiram de um recorte das publicações disponíveis no Scielo, de modo algum expressam a totalidade das publicações sobre o tema no Brasil, tendo em vista que existem outras plataformas de pesquisa, porém constituem reflexões importantes a serem consideradas.

Notou-se que, apesar de buscar produções nacionais, a amostra apresentou estudos publicados no Brasil que retratam o ME de outros países, constatou-se que autores brasileiros pesquisaram e publicaram sobre ME em contextos nacionais e internacionais; autores estrangeiros tiveram suas obras traduzidas e publicadas em periódicos nacionais e também autores estrangeiros que dissertaram sobre ME do Brasil. A quantidade de estudos que abordam

o contexto brasileiro representou 68,18% dos artigos selecionados e os 31,82% restantes abarcaram países da América Latina, tais como Chile e México, bem como países europeus, como é o caso da França e Portugal.

Quanto ao quantitativo de publicações por ano, destaca-se uma concentração maior de estudos empíricos a partir de 2008, sendo o ano que apresentou maior quantidade de estudos. Nesse sentido, Groppo, Ramos, Trevisan, Silva e Silveira (2019) esclarecem que surgiu uma disposição oriunda do movimento antiglobalização no final dos anos de 1990 e as ocupações das universidades em 2007 e 2008 que inspiraram o campo científico dos movimentos estudantis, corroborando com Mesquita (2006) que afirma que, no Brasil, as reflexões quanto ao ME tem sido produzida de modo não muito constante, iniciado com baixo vigor no fim dos anos 1960 e início dos anos 1970 e ganhado força a partir dos anos 1990, quando a juventude conquista mais espaço e visibilidade.

Observamos a falta de publicações anteriores a 1989, Mortada (2009) e Sposito e Tarábola (2019) explicam que, no contexto da década de 1960, o país passava pelo período ditatorial, período de crises burocráticas, lutas e protestos que ocorriam dentro das universidades e a situação no ensino superior não era o modelo a ser praticado, uma vez que as instituições eram reprodutoras das antigas práticas das escolas superiores, assim “*não havia espaço para pesquisa, produção de conhecimento, e menos ainda para a implicação do pensamento científico com os problemas sociais do país*” (Mortada, 2009, p. 378).

As narrativas aqui levantadas nos permitem refletir sobre a dificuldade do campo científico em constituir análises e reflexões acerca do ME anteriores a 1989, o que justifica a quantidade insuficiente de artigos que contemplam a importância do movimento nas décadas de 1960, 1970 e 1980. Aqui não se diz respeito a falta de motivação dos pesquisadores pelo assunto, mas sim, como sendo retrato da censura decorrente do golpe militar. Tal justificativa não se aplica as publicações realizadas a partir dos anos 2008, dessa forma, entendemos como uma temática que necessita ser mais explorada, pois, são poucas as obras que retratam o valor do ME no nosso país.

No que concerne à análise de estudos por área de conhecimento, a maioria dos artigos lidos apresentaram uma investigação empírica, baseados em acontecimentos reais que ocorreram, em sua maioria (72,72%), na década de 1960, auge do movimento estudantil no Brasil e no mundo e 27,28% descrevem experiências do ME na contemporaneidade.

A Psicologia expõe os estudos de um único autor, Mortada (2005, 2009) aborda em suas obras o processo de formação do psicólogo, a transformação do jovem em estudante e como essa evolução foi permeada por constructos históricos, sociais e ideológicos, trazendo comparações da juventude passada e atual, assim como demonstra esforços para entender a juventude e sua interface com a política e seu (des)engajamento.

Sobre a juventude e política, Brenner (2014) e Tomizaki e Daniliauskas (2018) alegam que as pesquisas acadêmicas sobre essa temática são, de certo modo, insuficientes e reduzidas no Brasil, os autores Barber-Madden e Saber (2010) comentam a despeito da juventude, que mesmo sendo vista como um coletivo importante na constituição de futuros líderes, a população jovem foi menosprezada por muito anos, motivo pelo qual os estudos e pesquisas foram negligenciadas e pontuam:

Em geral, os atuais canais para participação política são insuficientes e, conseqüentemente, a juventude é vista como desengajada e apática. Na maior parte do mundo, reformas políticas estruturais são necessárias de forma a tornar reais as promessas democráticas de associativismo. (Barber-Madden & Saber, 2010, p. 21)

Todavia, o (des)engajamento dos jovens é visto pelos autores como reflexo de uma conjuntura política desfavorável a nossa juventude, ainda mais quando se esforçam para comparar esse processo no presente com o passado. Na tentativa de compreender essa dinâmica, Mortada (2009) pontua motivos, parciais e pontuais, distintos: os contextos econômico e político são diferentes; a juventude vive uma indiferença política do conjunto social; necessitam de referenciais mais amplos, apesar de apresentarem críticas ao coletivo e manifestações de personalidade humanista; existe, normalmente, pouco entusiasmo para o engajamento, ainda o autor refere que esse entusiasmo pode ser da mesma equivalência que havia no passado.

Seidl (2014) similarmente menciona, em sua pesquisa, sua percepção sobre a participação da juventude na militância e nos movimentos sociais “[...] *o ritmo dessa oxigenação é relativamente lento e seguramente não sou o único a pensar que se tem muito caminho pela frente*” (Seidl, 2014, p. 56). O que podemos entender é que o processo de (des)engajamento ainda existe, porém se mostra letárgico comparado a juventude pregressa.

Mortada (2009) compreende a dificuldade de se analisar os jovens pregressos e os contemporâneos, pontua o cuidado que devemos ter para que as comparações da juventude e

das épocas não sejam feitas de igual natureza, mas sim esclarece que os estudos sobre militância juvenil devem ser analisados com atenção no intuito de não desmerecer os sujeitos do presente e não mitificar os sujeitos do passado. Ruskowski (2012) aborda também esse cuidado na análise da juventude, entendendo que os jovens das décadas de 1960 e 1970 consolidaram no imaginário social como um grupo juvenil revolucionário, que deu voz às manifestações e embalou uma transformação cultural e ideológica. Contudo, a partir da década de 1980 esse imaginário juvenil passou a assumir uma condição, em certo momento sendo motivo, e em outro sendo vítima dos problemas sociais vivenciados na época.

Em consonância com os autores acima citados Tomizaki e Daniliauskas (2018, p.219) corroboram com essa perspectiva elucidando que “[...] *as pesquisas empíricas e o debate teórico mais recentes tendem a apontar que, menos que “desinteressados” ou “apáticos”* diante da política, os jovens se mostram, sobretudo, desiludidos com a “política tradicional”. Por meio dessas colocações podemos perceber que o processo de des(engajamento) no ME está fortemente ligado à disposição política e social dos jovens, considerando as condições e o espaço-tempo e em que os mesmos se encontram inseridos.

Não obstante, podemos entender essa tal desilusão da juventude com a política atual tomando por base nossa recente conjuntura sócio-política, que em pleno século XXI age de maneira excludente para com a parcela pobre da população, marginalizando-a e tornando-a cada vez mais vulnerabilizada, sem acesso às políticas públicas, direitos básicos (como saúde, educação, moradia, emprego entre outros) e, principalmente, acesso ao conhecimento.

Brenner (2014), considerando esse viés de análise (a recente conjuntura política), consegue concluir que um dos motivos de engajamento dos jovens estaria vinculado a essas condições, retratando uma pré-disposição ao engajamento político desses indivíduos que ocupam os lugares inferiores de classe, motivados pela tentativa de minimizar a desigualdade de obtenção de bens sociais e culturais, dispostos na sociedade. Para complementar esse pensamento a autora Ruskowski (2012) destaca aspectos importantes nessa análise, o aspecto estrutural, relacionada a posição social dos sujeitos e o aspecto relacional, que diz respeito as interações sociais que os jovens estabelecem.

Nesse sentido, o processo de des(engajamento) está vinculado, direta ou indiretamente, à estruturação social e ao seu modo de interagir e relacionar com seus pares, assim como a militância e a disposição para manter-se ou não em um movimento ou causa. Seidl (2014)

pontua que os sujeitos não nascem militantes, porém alguns tornam-se militantes, isso reforça o que Ruskowski (2012) nos trouxe na explicação anterior, pois isso levará em conta o contexto e as trajetórias pessoais de cada indivíduo. Tomizaki e Daniliauskas (2018) assim como Seidl (2014) buscam compreender a relação entre juventude e política e o processo de engajamento, alegando que distintos processos e diferentes redes sociais influenciam os jovens a aderirem a militância, além da escola, como uma das principais instituições caracterizadoras de incentivo a militância, a família, o trabalho, as amizades e a igreja também fazem parte dessa rede influenciadora.

Elencados os fatores e as redes sociais que favorecem a entrada, ou até mesmo a saída, do jovem no meio militante, cabe a nós falarmos também sobre a identidade, abordamos aqui um conceito trazido por (Mische 1997):

Identidades não são apenas categorias sociais que em si dão estrutura e sentido às redes sociais, mas são mobilizadas de forma seletiva, segundo os projetos emergentes dos atores, pelos quais eles tentam resolver conflitos e criar novas oportunidades de ação. Experiências dentro de vários locais sociais criam as oportunidades e barreiras, esperanças e frustrações, que levam os jovens a experimentar diferentes futuros possíveis, com mais ou menos receptividade às identidades e projetos préconcebidos que são oferecidos pela sociedade (Mische, 1997, p.140).

O entendimento da autora remete-se a uma análise do engajamento como um meio pelo qual o jovem irá se reconhecer, experimentar horizontes nunca antes explorados e compartilhar experiências a fim de construir propostas de ações em conjunto com seus pares, visando a melhoria da sociedade.

Grosso, Ramos, Trevisan, Silva e Silveira (2019) abordam em sua obra sobre a identidade juvenil no ME e como ela já não sustenta apenas na condição de ser um movimento de estudante universitário, igual aos anos de 1960, muito menos limita-se a classes sociais e ao espaço físico. Atualmente, essa identidade juvenil tem origem nas ruas, coletivos culturais, indústria, pontos de lazer entre outros. Os autores relatam que o espaço público da universidade se tornou uma junção de várias culturas políticas, dando espaço não só a identidade militante, mas os jovens estão assumindo frentes de outros movimentos sociais como feminismo, LGBTT, contra o machismo, entre outros, construindo outras identidades.

Essa perspectiva é acrescentada por Seidl (2014), o qual postula que a inserção no ensino superior proporciona a oportunidade de continuação e fortalecimento da militância, porém não

Comentado [A1]: Parei aq

somente pelo movimento estudantil, mas oferece espaço a se envolver com o movimento negro, sem-terra, LGBT e demais movimentos sociais existentes nos quais o jovem se identifique permitindo a formação de militâncias múltiplas.

Complementando as narrativas Sposito e Tarábola (2016) pontuam que, ao longo de suas pesquisas, perceberam que a participação na militância tem se concretizado de maneira gradualmente horizontalizada, o espaço físico da escola, ruas, igrejas, indústrias, entre outros ocupados pelos jovens dá lugar ao espaço virtual e tecnológico e destacam o uso da internet como arquétipo de rede horizontal de atuação militante, afirmando que *“na internet, todos os membros têm direito à fala e permite-se um engajamento distanciado e emancipado”* (Sposito & Tarábola, 2016, p. 1017).

Quanto as áreas de educação, sociologia e história, abarcadas como Ciências Sociais, Branner (2014) encontra em sua pesquisa trabalhos que analisam a inserção dos jovens no ME e em organizações não governamentais, porém sem um esquadramento dos percursos trilhados pelos jovens que possam compreender os motivos e os significados dessa ação na conduta do engajamento. A priori, as produções aqui encontradas, realizam uma análise que não apreciam as razões subjetivas do processo de (des)engajamento, não permitindo investigar aspectos internos dessa dinâmica.

Ressalta-se que na área de enfermagem o referido artigo apresenta um estudo histórico-social do início do ME na escola de enfermagem da Universidade Federal da Bahia, abordando o contexto histórico da época, relatando as circunstâncias da fundação do diretório acadêmico e apontando os perfis das estudantes militantes. Não encontramos, nesse estudo, uma investigação subjetiva e explicações sobre os motivos internos que levaram as estudantes ao processo de engajamento.

Em relação a área de comunicação, a pesquisa aponta uma análise a partir de um veículo midiático impresso, quer dizer, uma revista, o que também não contempla uma investigação subjetiva dos militantes, mas sim descreve o ME em si e como o mesmo foi desacreditado perante a sociedade e reduzido a um mero espetáculo que objetivava apenas o consumismo e a conservação do sistema político da época.

Identificamos que o descritor utilizado para essa pesquisa se encontra, notavelmente, em desuso pelos pesquisadores atuais, o que resultou na baixa amostra que obtivemos. Percebemos que o descritor em questão foi mais utilizado por pesquisadores nas décadas

anteriores ao ano de 2000 e quando empregado na busca por pesquisas atuais não contemplou o quantitativo almejado para uma análise mais aprofundada da temática.

Na produção acadêmica atual sobre o ME nos deparamos com diferentes abordagens, o que nos mostra a pesquisa realizada pelos autores Corti, Corrochano e Silva (2016), enfoques de descritores como juventude e política, juventude e cultura e adolescência e política são utilizados e abarcam uma perspectiva subjetiva da militância juvenil. Ao se utilizar e limitar o marcador movimento estudantil a presente pesquisa não apresentou estudos voltados aos aspectos subjetivos do processo de (des)engajamento.

Notamos o interesse da juventude em participar de outros movimentos sociais, tais como: feminismo, movimento negro, movimento em defesa dos índios, LGBT, entre outros. Nesse sentido, é importante refletir sobre as razões que influenciam a inserção da juventude nesses outros movimentos. Como podemos utilizar dessa disposição para incentivar a participação e a efetivação no processo de engajamento dentro do ME? O atual cenário político seria decisivo no processo de (des)engajamento? São algumas das questões ainda a serem abordadas nos estudos sobre o movimento estudantil.

De um modo geral, essa revisão revela que, o Movimento Estudantil, é um campo que pode e deve ser explorado por pesquisadores nacionais em pesquisas futuras, principalmente na área da Psicologia, uma vez que apenas duas publicações foram encontradas nessa pesquisa. Tendo em vista os poucos estudos encontrados no Scielo, apenas 22 artigos que se enquadraram nos critérios de classificação, e entre eles a baixa amostra da realidade nacional, salientamos a importância de realizar pesquisas sobre o tema, utilizando descritores mais atuais como juventude e política; e investigações que visem os motivos e significações subjetivas que levam os jovens ao processo de (des)engajamento, sendo essas investigações um campo de estudo que foi pouco pesquisado na produção brasileira.

Considerações finais

O levantamento bibliográfico sobre o Movimento Estudantil apresentou dados importantes sobre esse campo de estudo. Constatou-se que os artigos encontrados se concentram nas ciências sociais, tais como: educação, sociologia e história. A psicologia apresentou estudos, porém em uma quantidade menor, entendemos que isso pode ter ocorrido,

pois, ainda há uma predominância de estudos publicados relativos a processos individuais e psicopatológicos vinculados a um viés mais clínico.

Contudo as explanações indicam uma relação reflexiva: o ME não perdeu sua força de atuação, ainda se mantém nas lutas e frentes de reivindicações, buscando mudanças e melhores condições de ensino, assumindo um caráter de transformação, mobilização e incentivador na constituição identitária de seus participantes. Percebemos que o descritor utilizado neste estudo aparenta estar em decadência, as pesquisas futuras poderão utilizar-se de descritores como juventude e política, a fim de apresentar estudos que apreciam um viés mais subjetivo das experiências vividas pelo ativismo e militância.

Os jovens estudantes e os não estudantes continuam assumindo uma disposição política, mas não somente frente ao movimento estudantil, passam a se interessar por outros movimentos sociais ligados a classe, gênero, etnia, religião entre outros.

REFERÊNCIAS

- Barber-Madden, R., & Saber, B. A. (2010). A situação dos jovens no mundo. In Barber-Madden, R., & Santos, T. F. (org.). *A juventude brasileira no contexto atual em cenário futuro* (pp. 17-40). Brasília: UNFPA, Caixa Seguros, Secretaria Nacional da Juventude e Universidade de Brasília.
- Braghini, K. M. Z. (2014). A história dos estudantes “excedentes” nos anos 1960: a superlotação das universidades e um “torvelinho de situações improvisadas”. *Educar em Revista*, 51, 123-144. Doi: 10.1590/S0104-40602014000100009.
- Braghini, K. Z., & Cameski, A. S. (2015). “Estudantes democráticos”: a atuação do movimento estudantil de “direita” nos anos 1960. *Educação & Sociedade*, 36(133), 945-962. Doi: 10.1590/ES0101-73302015145476.
- Brenner, A. K. (2014). Socialização política nos percursos de jovens militantes de partidos políticos. In Carrano, P., & Fávero, O. (org.), *Narrativas juvenis e espaços públicos: Olhares de pesquisas em educação, mídia e ciências sociais* (pp. 31-54). Niterói, RJ: Editora da UFF.

- Corti, A. P. O., Corrochano, M. C., & Silva, J. A. (2016). "Ocupar e resistir": a insurreição dos estudantes paulistas. *Educação & Sociedade*, 37(137), 1159-1176. Doi: 10.1590/es0101-73302016167337
- Cuadra, F. L. (2008). Conflito social e movimento estudantil no Chile. *Estudos Históricos*, 21(42), 173-194. Doi: 10.1590/S0103-21862008000200004
- Cuéllar, J., & Petit, P. (2012). O golpe de 1964 e a instauração da ditadura civil-militar no Pará: apoios e resistências. *Estudos Históricos*, 25(49), 169-189. Doi: 10.1590/S0103-21862012000100011
- Delsaut, Y. (2005). Depoimento sobre *Les Héritiers*. *Tempo Social*, 17(1), 211-228. Doi: 10.1590/S0103-20702005000100009
- Ercole, F. F., Melo, L. S., & Alcoforado, C. L. G. C. (2014). Revisão integrativa versus revisão sistemática. *Revista Mineira de Enfermagem*, 18(1), 1-260. Doi: 10.5935/1415-2762.20140001
- Estanque, E. (2017). A práxis do trote: breve etnografia histórica dos rituais estudantis de Coimbra. *Sociologia & Antropologia*, 7(2), 429-458. Doi: 10.1590/2238-38752017v725
- Reis Filho, D. A. (1998). 1968 o curto ano de todos os desejos. *Tempo Social*, 10(2), 25-35. Doi: 10.1590/S0103-20701998000200003
- Gonçalves, D. P., & Carra, P. R. A. (2013). Feupa: uma revista produzida pela federação dos estudantes universitários de Porto Alegre. *História da Educação*, 17(40), 221-250.
- Grosso, L. A., Ramos, M. P., Trevisan, J. R. F., Silva, G. A., & Silveira, I. B. (2019). Coletivos juvenis políticos em uma universidade pública mineira: microespaço público e experiências de participação no movimento estudantil. *Práxis Educativa*, 14(3), 1027-1048. Doi: 10.5212/PraxEduc.v.14n3.013
- Leite, D. B. C. (2010). Estudantes e avaliação. *Avaliação: Revista da Avaliação da Educação Superior*, 15(3), 9-7. Doi:10.1590/S1414-40772010000300002
- Mattos, A. L. R. R. (2014). *Uma história da UNE (1945 – 1964)*. Campinas, SP: Pontes.
- Mesquita, M. R. (2003). Movimento estudantil brasileiro: práticas militantes na ótica dos novos movimentos sociais. *Revista Crítica de Ciências Sociais*. 66, 117-149. Doi: 10.4000/rccs.1151

- Mesquita, M. R. (2006). *Identidade, cultura e política: os movimentos estudantis na contemporaneidade*. (Tese de Doutorado em Psicologia Social). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo.
- Mische, A. (1997). De estudantes a cidadãos: redes de jovens e participação política. *Revista Brasileira de Educação*, (5/6), 134-150.
- Moraes, J. Q. (1989). A mobilização democrática e o desencadeamento da luta armada no Brasil em 1968: notas historiográficas e observações críticas. *Tempo Social*, 1(2), 135-158. Doi: 10.1590/ts.v1i2.84775
- Mortada, S. P. (2005). Formação do psicólogo: experiências de militantes estudantis. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 25(3), 414-433. doi: Doi: 10.1590/S1414-98932005000300007
- Mortada, S. P. (2009). De joven a estudante: apontamentos críticos. *Psicologia & Sociedade*, 21(3), 373-382. Doi: 10.1590/S0102-71822009000300011
- Müller, A. (2011). “Você me prende vivo, eu escapo morto”: a comemoração da morte de estudantes na resistência contra o regime militar. *Revista Brasileira de História*, 31(61), 167-184. Doi: 10.1590/S0102-01882011000100009
- Pires, C. D. O., & Melo, C. M. M. (2008). Gênese do movimento estudantil na escola de enfermagem da universidade federal da Bahia (1947-1959). *Escola Anna Nery*, 12(3), 437-443. Doi: 10.1590/S1414-81452008000300007
- Pitts, B. (2014). “O sangue da mocidade está correndo”: a classe política e seus filhos enfrentam os militares em 1968. *Revista Brasileira de História*, 34(67), 39-65. Doi: 10.1590/S0102-01882014000100003
- Ruskowski, B. O. (2012). *Do incômodo à ação beneficente e da indignação à ação contestatória: estudo sobre condições e mecanismos de engajamento nas tribos nas trilhas da cidadania e no levante popular da juventude*. (Dissertação de Mestrado). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.
- Sanfelice, J. L. (2008). O movimento civil-militar de 1964 e os intelectuais. *Caderno CEDES*, 28(76), 357-378. Doi: 10.1590/S0101-32622008000300005
- Santibañez, I. H. (2018). Ativismo da juventude no Chile: desigualdades educacionais urbanas às experiências de convivência e de solidariedade. *Educação & Realidade*, 43(3), 837-863. Doi: 10.1590/2175-623678811.

- Seidl, E. (2014). Engajamento e investimentos militantes: Elementos para discussão. In Carrano, P. & Fávero, O. (org.), *Narrativas juvenis e espaços públicos: Olhares de pesquisas em educação, mídia e ciências sociais* (pp. 55-70). Niterói, RJ: Editora da UFF.
- Severo, R. G. (2014). *Não basta estar no ar, tem que ser comunitária: dinâmicas de (des)engajamento em uma organização militante*. (Tese de Doutorado em Ciências Sociais). Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.
- Soares, M. L. A., & Petarnella, L. (2009). 1968, o ano que ainda faz pensar: intelectuais indagam sobre a irrupção dos jovens na sociedade industrial. *Avaliação: Revista da Avaliação da Educação Superior*, 14(2), 337-350. Doi: 1590/S1414-40772009000200006.
- Sposito, M. P., & Tarábola, F. S. (2016). Experiência universitária e afiliação: multiplicidade, tensões e desafios da participação política dos estudantes. *Educação e Sociedade*, 37(137), 1009-1028. Doi: 10.1590/ES0101-73302016166158
- Thiollent, M. (1998). Maio de 1968 em Paris: testemunho de um estudante. *Tempo Social*, 10(2), 63-100. Doi: 10.1590/S0103-20701998000200006.
- Tomizaki, K., Daniliauskas, M. (2018). A pesquisa sobre educação, juventude e política: reflexões e perspectivas. *Pro-posições*, 29(1), 214-238. Doi: 10.1590/1980-6248-2016-0126
- Troncoso, A. C. (2013). Memória e representações: a fotografia e o movimento estudantil de 1968 no México. *Revista Brasileira de História*, 33(65), 85-109. Doi: 10.1590/S0102-01882013000100004
- Valle, M. R. (2012). 1968-2008: o veja “way of life”. *Intercom: Revista Brasileira de Ciências da Comunicação*, 35(2), 129-147. Doi: 10.1590/S1809-58442012000200007

Enviado em: 24/01/2020

Aceito em: 24/10/2020